

A realidade e o Congresso

Rubem Azevedo Lima

O mais dócil de todos os congressos que o país já teve. É o que parecem a Câmara e o Senado atuais, depois das decisões apressadas e quase sem debates, tomadas no semestre recém-findo, no caso das reformas econômicas do governo. Muita gente julga ser este o Congresso mais anti-brasileiro de todos os tempos. No começo da República, à sombra dos fuzis, o Legislativo repeliu proposta de entrega da região das Missões à Argentina. Agora, a heterogênea maioria governista aprova sem dissidências o que lhe é pedido. Nem discute o protocolo que levou o Brasil a importar carros sem impostos, para manter a estabilidade econômica argentina. Talvez por isso 33% dos brasileiros achem os políticos os maiores inimigos do país.

Sob o regime militar, o então senador Brossard criticou um de seus pares, por apoiar servilmente o governo. "Se pedirem" — disse Brossard — "ele aprova até o fim da soberania nacional." Isso é precisamente o que o Congresso parece fazer, ao quebrar, do modo como quebrou, o monopólio da Petróbras e da Telebrás.

Pesquisa do governo, feita para justificar a venda da Telebrás, provou o contrário do pretendido. Que importa? A empresa, pelos critérios técnicos de avaliação — aparelhos instalados, população e renda *per capita* —, é a segunda no setor, em todo o mundo. Investiu US\$ 8.1 bilhões no biênio 93/94. Pagou de imposto 24,7% do lucro bruto de US\$ 2.6 bilhões em 94. Seu centro de alta tecnologia criou o sistema Trópico-R. O telefone que vende, com ações, é propriedade do comprador, o que não se dá

noutros países. Ela alcança todos os municípios e os mais ricos subsidiam os mais pobres. Mas ninguém mudou o voto por isso. A Argentina privatizou a empresa congênere por US\$ 6 bilhões. Os compradores só entraram com US\$ 500 milhões. Não houve aporte de capital externo. Os lucros obtidos, somados ao sobrepreço de serviços contratados a empresas associadas, passam dos investimentos dos controladores, cujo capital provém de empréstimos avalizados pelo governo, endividando externamente o país. Quem quer saber de comparações e estatísticas?

Em meio às privatizações, ficou óbvio que o governo estava sob pressões poderosas e as descarregava sobre o Congresso, para transformar a fraqueza externa em força interna. Valeu-se para isso de barganhas políticas e, com o rolo compressor legislativo, acalmou os que o pressionavam, pois mostrou que o Congresso aprovaria qualquer proposta, no regime de monarquia presidencial. Foi o que um Senado servil fez a Napoleão, por 60 votos a 10, "em nome da estabilidade" e da "superação do caos" (votos de Albißon e Neufchâteau). Depois, por 70 votos, cifra igual à que o governo vem impondo à oposição no Senado brasileiro, o mesmo Senado derrubou o imperador vencido em Waterloo. Que se cuide o presidente. Seu Waterloo pode ser a Austerlitz de hoje — o Plano Real — que, para o mexicano Lorenzo Carrasco, "é uma realidade virtual, não a verdade". Quebrado o real, as estatais brasileiras ficarão mais baratas. Como ocorreu no México.